

Sumário

CAPÍTULO I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	17
1. Conflito de interesses e lide	17
2. Funções do direito.....	18
2.1. Direção de condutas	18
2.2. Tratamento dos conflitos	19
3. Modos de tratamento dos conflitos.....	19
3.1. Autocomposição	20
3.1.1. Autotutela	20
3.1.2. Autocomposição (em sentido estrito). Conciliação	21
3.1.2.1. Considerações Gerais.....	21
3.1.2.2. Tratamento normativo.....	21
3.2. Heterocomposição	31
4. Direito material e direito processual. Instrumentalidade do processo.....	33
5. Constitucionalização do processo civil e neoprocessualismo.....	35
CAPÍTULO II ► NORMA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	39
1. Norma processual: objeto e natureza	39
2. Fontes de norma processual.....	44
3. Lei processual no espaço	52
4. Lei processual no tempo. Sistema de isolamento dos atos processuais	53
CAPÍTULO III ► NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	67
1. Noções iniciais	67
2. Devido processo legal	68
3. Contraditório e ampla defesa	73
4. Boa-fé e cooperação	81
5. Inafastabilidade da jurisdição.....	85
6. Efetividade.....	88
7. Duração razoável do processo	88
8. Adequação	91
9. Eficiência	93
10. Igualdade	95
11. Publicidade	101
12. Juiz natural.....	104

13. Motivação das decisões	110
14. Primazia da decisão de mérito	112
15. Autorregramento da vontade no processo	113

CAPÍTULO IV ▶ JURISDIÇÃO..... 117

1. Conceito	117
2. Características	118
2.1. Imparcialidade e imparcialidade	118
2.2. Substitutividade	119
2.3. Imperatividade e inevitabilidade	120
2.4. Criatividade judicial	122
2.5. Inércia (dispositivo e inquisitivo)	123
2.6. Litigiosidade	126
2.7. Insusceptibilidade de controle externo.....	127
2.8. Definitividade	127
3. Escopos	128
3.1. Jurídico	128
3.2. Social	128
3.3. Político.....	129
4. Espécies	130
4.1. Estatal e arbitral	130
4.2. Comum e especial.....	136
4.3. Civil e penal	137
4.4. Contenciosa e voluntária	137
5. Jurisdição voluntária.....	138

CAPÍTULO V ▶ AÇÃO 143

1. Evolução do conceito de ação. Principais teorias	143
1.1. Teoria Imanentista (Civilista ou Clássica)	143
1.2. Teorias autonomistas	145
1.2.1. Teoria do direito concreto de agir.....	145
1.2.2. Teoria do direito abstrato de agir	147
1.3. Teoria Eclética	148
1.4. Teoria da asserção.....	153
1.5. Quadro sintético	156
2. Ação abstrata e concreta. Demanda	157
3. Elementos da demanda	158
3.1. Noções iniciais.....	158
3.2. Parte	160
3.3. Pedido	160
3.3.1. Pedido imediato e mediato. As modalidades de tutela jurisdic- cional	160
3.3.2. Importância.....	165

3.4. Causa de pedir.....	166
3.4.1. Conceito. Teoria adotada	166
3.4.2. Subdivisão. Causa de pedir próxima e remota	169
4. Condições da ação	173
4.1. Noções iniciais.....	173
4.2. Interesse de agir.....	176
4.3. Legitimidade ad causam	181
CAPÍTULO VI ► PROCESSO E PRESSUPOSTOS.....	189
1. Conceito de processo. Principais teorias.....	189
1.1. Processo como contrato ou quase contrato	189
1.2. Teoria do processo como relação jurídica	190
1.3. Teoria do processo como situação jurídica.....	191
1.4. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	192
1.5. Teoria do processo como procedimento animado por relação jurídica.....	193
2. Generalidades.....	194
2.1. Conceito.....	194
2.2. Características gerais.....	194
2.3. Sistematização.....	195
3. Pressupostos de existência	196
3.1. Subjetivos	196
3.1.1. Capacidade de ser parte. Abrangência e controvérsias.....	196
3.1.2. Investidura.....	198
3.2. Objetivo. Provocação inicial, demanda ou pedido?.....	198
3.3. Citação do réu como pressuposto de existência.....	199
4. Pressupostos de validade	201
4.1. Subjetivos	202
4.1.1. Capacidade processual (ou de estar em juízo)	202
4.1.2. Capacidade postulatória	209
4.1.3. Competência.....	212
4.1.4. Imparcialidade.....	213
4.2. Objetivos.....	214
4.2.1. Intrínseco	214
4.2.2. Extrínseco (ou negativos).....	216
5. Leitura constitucional.....	221
6. Análise do seu preenchimento. Art. 485, <i>caput</i> , e § 3.º, art. 486, E art. 337, § 5.º, CPC	221
7. Superação da ausência do pressuposto processual para análise do mérito. Arts. 282, § 2º, e 488, CPC.....	223
CAPÍTULO VII ► ATOS E VÍCIOS PROCESSUAIS.....	225
1. Conceito de atos processuais	225
2. Características dos atos processuais.....	229

3. Classificação dos atos processuais	231
3.1. Atos das partes	231
3.2. Atos do juiz	234
3.2.1. Decisões e despachos	234
3.2.2. Decisões do juízo singular	235
3.2.3. Decisões do juízo colegiado	236
3.2.4. Importância da classificação	237
3.2.5. Quadro sinótico	238
3.2.6. Forma dos pronunciamentos judiciais. Art. 205, CPC	238
3.3. Atos dos auxiliares	238
4. Formas dos atos processuais	240
5. Prática eletrônica dos atos processuais	243
6. Lugar dos atos processuais	248
7. Tempo dos atos processuais	249
8. Vícios processuais	252
8.1. Generalidades	252
8.2. Classificação dos defeitos e nulidades. Regime jurídico	252
8.2.1. Galeno Lacerda	252
8.2.2. Classificação de Teresa Arruda Alvim Wambier	254
8.2.3. Classificação de Fredie Didier Jr.	255
8.3. Princípios correlatos	256
8.3.1. Instrumentalidade das formas (ou transcendência). Arts. 277, 281, segunda parte, 282, § 1.º e 283, CPC	256
8.3.2. Aproveitamento dos atos processuais. Fungibilidade. Art. 277, CPC.....	257
8.3.3. Sanabilidade	258
8.3.4. Lealdade ou proteção. Vedação ao venire contra factum proprium. Art. 276, CPC	259
CAPÍTULO VIII ► COMPETÊNCIA	263
1. Conceitos fundamentais	263
2. Determinação da competência. Disciplina legal	264
3. Competência absoluta e relativa	266
4. Competência internacional (dos limites da jurisdição nacional) e interna	271
4.1. Noções introdutórias	271
4.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa	275
4.2.1. Conceito	275
4.2.2. Sentença estrangeira e sua homologação	275
4.2.3. Hipóteses legais	279
4.2.4. Litispendência e conexão. Art. 24, CPC	281
4.3. Competência internacional exclusiva	282
4.4. Foro de eleição exclusivamente estrangeiro	285
4.5. Incompetência internacional	288
4.6. Competência interna. Critérios determinativos	289

4.6.1. Critérios objetivos	289
4.6.2. Critério subjetivo. Competência em razão da pessoa	292
4.6.3. Critério funcional	293
4.6.4. Critério territorial	294
5. Competência territorial	296
5.1. Foro das ações pessoais e reais mobiliárias (comum ou geral). Art. 46, CPC	296
5.2. Foro das ações reais imobiliárias. Art. 47, CPC	298
5.3. Outros foros	301
6. Perpetuação da competência. Art. 43, CPC	310
7. Modificação de competência	313
7.1. Noções gerais	313
7.2. Modificação voluntária tácita. Não arguição de incompetência. Art. 65, CPC	314
7.3. Modificação voluntária expressa. Foro de eleição. Art. 63, CPC	315
7.4. Modificação legal. Conexão e continência. Arts. 54-59, CPC	321
8. Cooperação judiciária nacional e modificação de competência	329
9. Conflito de competência	334
9.1. Conceito e cabimento	334
9.2. Legitimidade	335
9.3. Competência	337
9.4. Procedimento	339
10. Competência da Justiça Federal	341
10.1. Competência dos juízos federais (1ª instância)	341
10.1.1. Em razão da pessoa	341
10.1.2. Em razão da função. Art. 109, X, segunda parte, CF	347
10.1.3. Em razão da matéria	348
10.2. Competência territorial da Justiça Federal. Art. 109, §§ 1º-3º, CF	351
10.3. Competência do Tribunal Regional Federal (2ª instância). Art. 108, CF	355
CAPÍTULO IX ► SUJEITOS PROCESSUAIS	359
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	359
2. partes	360
2.1. Generalidades	360
2.2. Sucessão processual	360
2.3. Alienação do direito ou coisa litigiosa	362
2.4. Deveres e responsabilidade das partes	365
3. advogado	376
4. Advocacia Pública	380
5. Defensoria Pública	382
6. Ministério Público	386
6.1. Generalidades	386
6.2. O Ministério Público como órgão agente (parte)	388

6.3. O Ministério Público como órgão interveniente (fiscal da ordem jurídica)...	390
6.4. Prazos processuais	393
7. Juiz	395
8. Auxiliares de justiça	401
8.1. Generalidades	401
8.2. Escrivão	402
8.3. Oficial de justiça	405
8.4. Depositário e administrador	407
8.5. Intérprete e tradutor	408
8.6. Mediador e conciliador.....	409
9. <i>Amicus curiae</i>	413
CAPÍTULO X ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	421
1. Litisconsórcio	421
1.1. Considerações gerais.....	421
1.2. Classificação	422
1.3. Litisconsórcio necessário. Consequências para sua ausência	427
1.4. Cabimento do litisconsórcio. Litisconsórcio multitudinário.....	440
2. Intervenção de terceiros.....	447
2.1. Noções gerais.....	447
2.2. Assistência	448
2.3. Denúnciação da lide	462
2.4. Chamamento ao processo	472
2.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	479
2.6. Quadro Sinótico	489